

DECRETO Nº 11.577, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2021.

**DISPÕE SOBRE MEDIDAS DESTINADAS À
MODICIDADE TARIFÁRIA DO SERVIÇO DE
TRANSPORTE COLETIVO URBANO DE PASSAGEIROS
E DÁ PROVIDÊNCIAS CORRELATAS.**

O Prefeito Municipal de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais, no exercício da competência que lhe confere o art. 52, inciso VII da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 12.587, de 2012 (Política Nacional de Mobilidade Urbana) prevê em seu art. 8º, inciso VI que “a política tarifária do serviço de transporte público coletivo é orientada” pela “modicidade da tarifa para o usuário;

CONSIDERANDO o que dispõe o art. 2º da Lei Municipal nº 7.260, de 17 de maio de 2021, que autoriza o Poder Executivo a custear, integral ou parcialmente, descontos e gratuidades tarifários, bem como arcar com complementos tarifários com o objetivo de reduzir o déficit tarifário e garantir a modicidade do valor da tarifa a ser paga pelos usuários do serviço público do transporte coletivo urbano de passageiros;

CONSIDERANDO as disposições contidas no Contrato de Concessão do Serviço Público Municipal de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros, tombado sob o nº 256/2012;

CONSIDERANDO que os estudos técnicos realizados pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos (SMOSU) e aprovados pelo Conselho Municipal de Trânsito e Transporte (CMTT) recomendaram o reajuste da tarifa do transporte coletivo de Governador Valadares para R\$ 5,07, em 2022;

DECRETA:

Art. 1º Ficam mantidos, sem qualquer forma de reajuste, os valores da tarifa do serviço público de transporte coletivo urbano de passageiros conforme abaixo se especifica:

I – R\$ 3,75 (três reais e setenta e cinco centavos) para os pagamentos realizados com o cartão eletrônico;

II – R\$ 4,30 (quatro reais e trinta centavos) para os pagamentos realizados com dinheiro em espécie.

Art. 2º Em razão da não concessão de reajuste e considerando a necessidade de garantir a modicidade tarifária, nos termos do art. 2º da Lei Municipal nº 7.260/2021, o Poder Executivo municipal arcará, com a finalidade de desonerar o valor da tarifa, nos exatos termos e limites deste decreto, com descontos e gratuidades tarifários previstos na planilha de apropriação de custos operacionais, a partir de 1º de janeiro de 2022.

Art. 3º O Poder Executivo promoverá, às suas expensas, o abastecimento dos cartões de gratuidade e de descontos pertinentes aos seguintes beneficiários já inscritos ou que vierem a ser inscritos de janeiro a dezembro de 2022, até o limite de R\$416.000,00 (quatrocentos e dezesseis mil reais) por mês, observada a seguinte ordem de prioridade:

I – Idosos;

II – Usuários em integração de linhas;

III – Estudantes;

IV – Deficientes.

Art. 4º Os pagamentos dos abastecimentos dos cartões de gratuidade deverão ser feitos posteriormente à sua utilização pelos usuários, evitando-se qualquer risco de prejuízo à sua continuidade, competindo à concessionária enviar o relatório mensal dos quantitativos utilizados.

Art. 5º Compete à Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos encaminhar à Secretaria Municipal de Fazenda, até o 5º dia útil de cada mês, o relatório contendo os valores devidos para o pagamento dos abastecimentos consumidos no mês anterior.

Art. 6º O pagamento à empresa concessionária deverá ser realizado pelo Poder Executivo até o 15º dia útil.

Art. 7º As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta da Dotação Orçamentária nº 02017001.15451115012.500 33903900000 1387 100 – MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA – SMO – OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS PESSOA JURÍDICA.

Art. 8º A Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos deverá adotar as providências necessárias à fiel observância e cumprimento deste decreto.

Art. 9º Como forma de manter o equilíbrio econômico-financeiro da concessão sem o reajuste tarifário para 2022, o poder concedente promoverá os estudos necessários e providências para o estabelecimento de isenção do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN – e da Taxa de Gerenciamento de Transporte de Passageiros.

Parágrafo único. A planilha de apropriação de custos operacionais para 2022 deverá contemplar os impactos econômico-financeiros das isenções tributárias previstas no caput, devendo ser adotadas outras medidas de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro no caso de sua eventual não aprovação e implementação.

Art. 10 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Governador Valadares, 30 de setembro de 2021.

ANDRÉ LUIZ COELHO MERLO
Prefeito Municipal

LEANDRO AMARAL ANDRADE
Secretário Municipal de Governo

ROBSON DE OLIVEIRA CAMPOS
Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos